

GEOGRAFIA DA ALIMENTAÇÃO: SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRÍCIO

FOOD GEOGRAPHY: FOOD SOVEREIGNTY AND NUTRITION

Benjamim Pereira Vilela¹

RESUMO

O trabalho discute na perspectiva geográfica, os estudos de alimentação ao analisar os conceitos de segurança alimentares e nutrício. Tendo em vista a problema da produção, distribuição e consumos de alimentos no Brasil. Objetivo do trabalho é discutir e a apresentar aspectos do processo de mudanças nas práticas alimentares, em especial nas áreas de Cerrado, com vistas aos interesses de grandes grupos econômicos, que controlam a produção e comercialização de alimentos. A foi baseada em trabalho de campo e levantamentos bibliográficos. Conclui-se que a segurança alimentar e nutrício são conceitos importantes para se interpretar estudos sobre alimentação, em especial na geografia.

Palavras-chaves: Práticas alimentares, Geografia da alimentação, Território

INTRODUÇÃO

A vertente dos estudos de alimentação na geografia a constituição do campo de conhecimento. Os trabalhos mais significativos foram aqueles, que abordaram a alimentação enquanto regimes alimentares (SORRE, 2021) e questão da soberania alimentar. A geografia da alimentação enquanto campo do saber se fortalece em especial com os problemas surgidos no tocante a primeira Guerra mundial. Ao considerar que a soberania alimentar e a fome que se espalhou pelo mundo. Causou diversas mortes e espalhou miséria e pobreza. Foi Sorre quem estabeleu o estudo de alimentação como geográfico.

A problemática dos alimentos e sua produção tem implicações sociais, políticas e ideológicas. E por isso tem sido uma das preocupações da geografia contemporânea, como também objeto de debate, no âmbito político e acadêmico.

A produção, consumo e o *marketing* da alimentação, tem sido um palco de disputas entre os atores hegemônicos e os sujeitos que agem na dinâmica do território (CALAÇA, 2013). De modo que a Geografia em sua busca para explicar a configuração territorial precisa conhecer a fundo as intenções impregnadas em cada objeto, projeto e em cada ação dos diversos atores sociais. Tendo a produção de alimentos como foco constante do jogo de interesses, e das disputas territoriais.

Correlatas às grandes transformações socioeconômicas dos territórios, têm crescido pesquisas de diferentes âmbitos e envergaduras dentro de temáticas relacionadas com a produção de alimentos e agropecuária. Porém, muitas dessas pesquisas tratam de criticar as análises baseadas simplesmente no conceito alimentação e soberania (CHAVEIRO, 2014). Ao procederem dessa maneira, acabam separando dois componentes sociais importantes.

¹ Professor do Instituto Federal de Goiás – IFG e Doutorando em Geografia pela UFJ – benjamim.vilela@ifg.edu.br

O estudo de alimentação constitui um componentes dos estudos que envolve o território e seus conflitos. Assim, para compreender os impactos do processo de expansão do capital na DIMENSÃO POLÍTICA DO ALIMENTO, tendo os conflitos na produção de alimentos, distribuição e comercialização. Ao considerar, também, que o campo e cidade são constantes na ação dos sujeitos nas práticas culturais e nas relações de trabalho.

O presente estudo é resultado de pesquisas realizadas pelo autor, na elaboração de sua tese, na Universidade Federal de Jataí, como também de trabalho de campo; levantamento bibliográfico; e análise de dados primários e secundários.

Objetiva-se com este trabalho apresentar aspectos do processo de mudanças nas práticas alimentares, em especial nas áreas de Cerrado, com vistas aos interesses de grandes grupos econômicos, que controlam a produção e comercialização de alimentos.

A SOBERANIA ALIMENTAR E O NUTRICÍDIO

A soberania alimentar pode ser apontada como a capacidade de uma nação no âmbito do território, de definir políticas e estratégias, de maneira autônoma no que se refere os seus sistemas de produção, como também a distribuição e consumo dos alimentos. Levando em consideração dimensões sociais, econômicas, ambientais, culturais e políticas. Com isso reforçar táticas para o enfrentamento das contradições sociais e a fome, associada a desnutrição e ao adoecimento.

Cabe apontar aqui as definições conceituais trazidas por Mendes e Gonçalves(2023), em que apontam que, para além do conceito de Segurança Alimentar, o conceito de soberania alimentar direciona para a necessidade da alimentação do indivíduo, e também, avançando na incorporação de políticas públicas pelo Estado, hábitos culturais alimentares e o envolvimento da agricultura familiar no processo de produção.

O debate sobre a soberania alimentar passar por aspecto apontado a mais de 70 por Josué de Castro, em que falou sobre os locais alimentares do Brasil, demonstrando que alimentação do brasileiro, possuía padrões nutritivos abaixo daqueles necessários para a vida com saúde. Nesta análise conclui-se que o problema da alimentação estava relacionado com fatores socioculturais e econômicos. Na contemporaneidade, outros aspectos devem ser levados em conta, em especial as questões econômicas e sociais, como também a criação de padrões e costumes alimentares, induzidos pelas propagandas veiculadas pela mídia, visando criar hábitos deletérios e contrapõem e enfraquecem o consumo e a produção de alimentos saudáveis.

Após a obra de Castro(1976), várias discussões e avanços ocorreram, no entanto, ainda incipientes. Adiante apontamos que a realidade brasileira tem tido esforços do poder público no sentido de buscar soluções para a questão. Podemos destacar algumas políticas públicas como a LOSAN (Lei Orgânica de Segurança Alimentar, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006); bolsa família; Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; e outros programas governantes os quais tem amenizado o problema da soberania alimentar no país.

Além disso, o processo de produção de alimentos, baseados na lógica do agronegócio tem favorecido a contração de renda, e a permanência histórica da elite no comando das ações políticas e econômicas. A produção de alimentos no Brasil tem possibilitado a concentração de renda, o aumento da violência, as desigualdades sociais, a

segregação urbana, os problemas ambientais – e outros – mostrando que o incremento moderno da economia de exportação não minimiza os problemas sociais. O viés economicista de uso da terra, assim, um sentido: resolver os problemas macroeconômicos do Estado, a partir do qual Ele – o Estado – se converte em financiador da oligopolização da economia pelos grandes conglomerados. Reforçando assim, a necessidade de se produzir para exportação em detrimento da produção dos gêneros alimentícios essenciais, como o arroz, mandioca, hortaliças, amendoim e o feijão. A substituição dos cultivos tradicionais por commodities contribuiu para o enfraquecimento da autonomia produtiva, da soberania alimentar e o aumento da dependência da alimentação imposta pelas empresas fornecedoras de alimentos industrializados. “A alteração da dinâmica produtiva da agricultura familiar, que transformou o alimento em *commodity*, reduziu às práticas tradicionais campesinas, eliminou a heterogeneidade alimentar dessas comunidades, e paulatinamente reduziu a possibilidade da sua reprodução autônoma” (MENEZES; SILVA; CONCEIÇÃO SILVA, 2019).

Esse processo reforça a emergência do conceito de nutricídio para analisar a inserção da lógica dos grandes conglomerados encônicos, impérios agroalimentares e da elite agrária, no caso brasileiro.

O conceito de nutricídio, cunhado por Afrika (2000), analisa o contexto dos africanos e como a alimentação tem sido responsável por um processo de genocídio nutricional. Esse fenômeno ocorre devido ao consumo de alimentos com deficiência nutricional, que não atendem aos requisitos mínimos de saúde, prejudicando de maneira sensível e intensa essa população.

A atuação dos impérios agroalimentares promove uma alteração deliberada na alimentação dos povos africanos, de maneira sistemática e têm relação com políticas públicas e com corporações, que atuam na comercialização de alimentos que são distribuídos ou vendidos a preços módicos para os africanos.

Tal situação resulta de uma alteração deliberada e sistemática na alimentação dos povos africanos, influenciada por políticas públicas e corporações que comercializam alimentos a preços módicos. Os alimentos são processados e ultraprocessados, contendo substâncias prejudiciais (Louzada et al., 2021). Produtos industrializados possuem poucas ou nenhuma porção de alimentos em sua condição natural, e seu sabor e aroma derivam quase exclusivamente de essências e aromatizantes artificiais. No processo de industrialização, são adicionados flavorizantes, corantes, emulsificantes, conservantes e outros aditivos, que alteram as propriedades sensoriais dos produtos comercializados, tornando-os mais acessíveis e altamente palatáveis para a população de baixa renda.

Os alimentos ultraprocessados são modificados para oferecer sabores agradáveis e viciantes, mas contêm substâncias químicas que acarretam problemas de saúde. Assim, o nutricídio entre os povos indígenas se assemelha ao que ocorre entre os povos africanos, pois ambos enfrentam sérios impactos negativos na saúde devido ao consumo de junk food (Payab et al., 2015). Esses alimentos, ricos em calorias e com baixo teor de nutrientes, apresentam alto teor de açúcares, gorduras e conservantes, que causam obesidade, hipertensão, diabetes, gastrite e outras doenças. Além disso, consumidores frequentes desses alimentos têm maior risco de doenças cardiovasculares, reforçando a hipótese de que o consumo deliberado desses produtos é um agravante para o risco de vida e a aquisição de doenças graves e irreversíveis.

Desta forma pensar a soberania alimentar e o nutricídio exige esforços no sentido de buscarmos uma compreensão desses conceitos e suas implicações no contexto contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho busca enfatizar que soberania alimentar não é sinônimo da segurança alimentar, mas refere-se à autonomia que uma nação exerce para decidir suas políticas, estratégias e sistemas produtivos, distribuição e de consumo dos alimentos - levando em consideração as dimensões social, econômica, ambiental, cultural e política. O conceito enfatiza a relevância do fortalecimento da agricultura familiar, da valorização da cultura de consumo alimentar baseada nas tradições práticas saudáveis e da efetividade de políticas públicas para intervir nas contradições sociais, combater a fome e os problemas de saúde relacionados à alimentação inadequada.

Além do mais, o texto retoma as análises de Josué de Castro, enfatizando que o problema da alimentação no Brasil é, em grande parte, uma decorrência de problemas socioculturais e econômicos, ampliados pelo efeito negativo das práticas de mercado em favor do agronegócio e da exportação em detrimento de alimentos para a alimentação básica. O modelo de produção e distribuição de alimentos no Brasil , favorece a promove concentração de renda, aumenta desigualdades sociais, problemas ambientais e fragiliza a autonomia produtiva. A discussão do conceito de "nutricídio" evidência que a substituição dos alimentos tradicionais pelos ultraprocessados têm trazido graves riscos à saúde tanto dos povos africanos como dos indígenas e demais brasileiros de baixa renda, e reafirma a necessidade urgente de um repensar as práticas alimentares e a busca de alimentação saudável.

REFERÊNCIAS

- AFRIKA, L. O. **Nutricide: the nutritional destruction of the Black race.** Eword: New York, 2013.
- CALAÇA, Manoel. A territorialização do capital no Cerrado: uma abordagem metodológica. In: SANTOS, Roberto de Souza; LIRA, Elizeu Ribeiro; CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Território e diversidade territorial no Cerrado: cidades, projetos regionais e comunidades tradicionais.** Goiânia: Kelps, 2013. p. 1-290.
- CASTRO, Josué de. **Ensaios de Geografia Humana.** Porto: Ed. Brasília, 1976.
- CHAVEIRO, E. F. Os povos indígenas Karajá de Aruanã-GO e os conflitos da apropriação do Cerrado: os múltiplos sentidos do etnoturismo. In: LIMA, I.B. **Etnodesenvolvimento e gestão territorial:** comunidades indígenas e quilombolas. Curitiba: CRV, 2014.
- LOUZADA, M. L. DA C. et al. Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. **Cadernos de Saúde Pública,** v. 37, p. e00323020, 2021.
- MENEZES, Sônia de Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; CONCEIÇÃO SILVA, Heberty Ruan. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confins,** São Paulo, v. 40, 2019. DOI <https://doi.org/10.4000/confins.20412>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/20412>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- MENDES, C.; GONÇALVES, J. R.. SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR: o caso brasileiro (1994-2015). **Caderno CRH,** v. 36, p. e023009, 2023.

PAYAB, M. et al. Association of junk food consumption with high blood pressure and obesity in Iranian children and adolescents: the CASPIAN-IV Study. **Jornal de Pediatria**, v. 91, n. 2, p. 196-205, mar. 2015.

SORRE, Maximilien. A geografia da alimentação. **Confins**, São Paulo, v. 51, p. 1-40, 2021. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/confins.39115>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/39115>. Acesso em: 16 abr. 2025.

XVII EREGEO – Encontro Regional de Geografia. Morrinhos/Goiás de 01 a 04 de maio de 2025